



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

Mulheres negras e COVID-19: análise a partir da teoria da reprodução social

Claudilene Costa Ramalho¹
Maísa Maria Baptista Prates do Amaral²

Resumo: Partindo da centralidade do Trabalho e a unidade entre produção/reprodução, este artigo tem como objetivo discorrer sobre a Teoria Feminista da Reprodução Social-TRS enquanto uma teoria unitária para compreender as relações de classe, gênero e raça, visando realizar um debate sobre as contribuições dessa teoria para refletir sobre a situação das mulheres negras no contexto da pandemia do COVID-19. A partir de uma revisão bibliográfica, percebeu-se que a produção e reprodução das estruturas patriarcal, capitalista e racista tem aprofundado a exploração e as opressões das mulheres no período da pandemia. As mulheres negras, em especial, têm sido fortemente impactadas por essa conjuntura.

Palavras-chave: Mulheres negras, Teoria da Reprodução Social; Racismo; Pandemia.

Black women in the COVID-19 pandemic: a look from the theory of social reproduction

Abstract: Starting from the centrality of Work and the unity between production/reproduction, this article aims to discuss the Feminist Theory of Social Reproduction-TRS as a unitary theory to understand class, gender and race relations, aiming to carry out a debate on the contributions from this theory to reflect on the situation of black women in the current context of the COVID-19 pandemic. From a bibliographical review, it was noticed that the production and reproduction of patriarchal, capitalist and racist structures has deepened the exploitation and oppression of women during the pandemic period. Black women, in particular, have been strongly impacted by this situation.

Keywords: Black women, Social Reproduction Theory; Racism; Pandemic.

¹ Mestre e Doutoranda em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), professora do Departamento de Ciências Humanas e Sociais/ Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)/Curso Serviço Social. E-mail: claudilene.costa@ufvjm.edu.br.

² Mestre e Doutoranda em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: maisa_baptista@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Insegurança
[A Drummond, 23.01.1988]
Nasci segura em rede esticada
Em praia de claras águas
Em ventre bom e gostoso de poderosa mulher
No caminho topei com a primeira pedra
Grito de terror diante da luz
Senti-me insegura, primeira expressão de náusea
Nasci segura em mãos experientes
Entre sábias mulheres com muita atenção
Coisa viva, animada
No caminho topei com a segunda pedra
Grito de terror diante da treva
Senti-me insegura, o primeiro vômito
Nasci segura entre corações amorosos Leite, doce, pão e mel em abundância
No caminho topei a terceira pedra
Grito de terror diante de ser
Senti-me insegura, a primeira insônia
Anúncio de ser mulher.
 (NASCIMENTO, 2015)

Em uma conjuntura de pandemia da COVID-19³ que matou quase de 700 mil pessoas no Brasil⁴ e em uma conjuntura de um governo ultraliberal e ultraconservador que ficou no poder até 31 de dezembro de 2022, Nascimento (2015) em seu poema *Insegurança* nos incita a refletir que a saída do ventre, o abrir dos olhos, o sentir da brisa, o novo que se apresenta, é carregado do velho que está posto. Mais do que isso, nos possibilita pensar sobre as várias pedras que topamos no caminho atual (Bolsonarismo, pandemia, capitalismo, racismo e sexismo) que nos aterrorizam, muitas vezes nos imobilizam e provocam uma insegurança quanto ao futuro.

Nesse sentido, concordamos com Cisne e Santos (2018) que o capitalismo, racismo e patriarcado não se desenvolvem naturalmente, mas existe um conjunto de ideologias que ocultam e naturalizam essas desigualdades produzidas e reproduzidas historicamente na vida

³ O vírus – cujo início endêmico se deu em Wuhan, na China, no final de 2019 – já atingiu quase a totalidade dos países do mundo, superlotando as Unidades e Centros de Terapia Intensiva da maioria dos países e expondo a enorme fissura que se encontra na efetividade da oferta de atendimento hospitalar típica de um sistema de “antimetabolismo social” que privilegia a lucratividade do capital em detrimento das condições de vida da classe-que-vive-do trabalho (ANTUNES, 2020).

⁴ Até o dia 31/12/2022. Dados atualizados disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>.

cotidiana. Para Silva (2020), a lógica neoliberal tem como princípio organizativo da vida social a concorrência, dinamizando assim os processos discriminatórios vinculados à manutenção das explorações e opressões em função das hierarquias de classe, raça, gênero, entre outras, tendo participação ativa do Estado.

Diante disso, percebe-se que, em uma sociedade estruturada pelo capitalismo, patriarcado e racismo, nesse contexto da pandemia da COVID-19, tem sido os negros, mulheres e pobres, em especial, mulheres negras, fortemente afetadas. Nesse tempo de inseguranças, o que se torna evidente é que a lógica do lucro tem privatizado a vida e socializado a morte (BHATTACHARYA, 2020).

Nesse sentido, nesse contexto, esse artigo procura abordar a pandemia e a reprodução social, buscando dar um destaque para as mulheres negras. Para tanto, o mesmo será dividido em dois momentos além de uma breve introdução e considerações finais. Inicialmente será abordado a Teoria da Reprodução Social-TRF, enquanto uma teoria unitária que nos oferece elementos para compreender a sociedade estruturada na classe, gênero, raça e outras formas de opressões. Finalmente, será abordado sobre a pandemia da COVID-19 e a reprodução social, destacando que a conjuntura atual ultraliberal, tente aprofundar a exploração de classe e a opressões de gênero, raça em um contexto de crise.

1. TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL-TRF: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Ao pensarem na TRF, as teóricas da teoria unitária da reprodução social Vogel (2013), Bhattacharya (2019), Arruza (2015) e Ferguson (2019) partem do retorno ao “O Capital – Livro 1” (1988), no qual Marx identifica a mercadoria especial do capitalismo (a força ou a capacidade de trabalho) como fonte de produção de valor. Partindo do questionamento da análise sobre a força de trabalho em Marx, as teóricas da teoria unitária partiram do questionamento: “Como a força de trabalho é produzida?”. Sendo tal questionamento fundamental para que as pesquisadoras marxistas Lise Vogel (2013) e, mais recentemente, Susan Ferguson (2017), Bhattacharya (2019) desenvolvessem a TRS, por considerarem a percepção de Marx como transformadora, porém incompleta.

Para essas autoras, a força de trabalho é também produzida e reproduzida fora da produção capitalista, em um local “baseado em laços de parentesco” (chamado família), existindo conexão entre a luta de classes e a opressão das mulheres. Dentro dessa

compreensão, as teóricas da TRS compreendem que o ocultamento da relação inseparável entre produção e reprodução é provocado pelo capitalismo e contribui para a sua perpetuação (BHATTACHARYA, 2019).

Na teoria unitária da reprodução social, o trabalho é compreendido como uma “unidade concreta, uma categoria ontológica que captura – e uma experiência vivida que medeia e produz – uma totalidade contraditória, histórica e ricamente diferenciada” (FERGUSON, 2017, p. 15). Dessa forma, para além dos valores econômicos, o trabalho é amplamente produtivo, por produzir também a sociedade, sendo uma “atividade humana prática que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla” (FERGUSON, 2017, p. 24).

Assim, a *Tese Teoria Unitária da Reprodução Social*, pautada em uma concepção ampla de trabalho, parte do pressuposto da inexistência, nos países capitalistas, de um sistema patriarcal autônomo ou separado do capitalismo, compreendido como “uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015, p. 38). Isso posto, partindo da unidade de produção e reprodução, Arruzza (2015) demonstra que, no plano da aparência, ocorre uma divisão entre produção e reprodução, no entanto na essência uma depende da outra, ou seja, não é possível que exista produção sem a reprodução e vice-versa.

Desse modo, percebe-se o quanto a teoria unitária procura dar visibilidade a atividades que são ocultadas pelas relações sociais de exploração e dominação. Pautada na unidade entre as esferas da produção e da reprodução, essa teoria feminista procura fortalecer a perspectiva marxista da unidade entre classe, sexo/gênero, raça e outras formas de opressões. Para Arruzza et al. (2019, p. 99), “[...] o trabalho assalariado para a obtenção de lucro não poderia existir sem o trabalho (na maioria das vezes) não assalariado da produção de pessoas. Portanto, a instituição capitalista do trabalho assalariado esconde algo além do mais-valor”. Esse trabalho de produção de pessoas sempre existiu, ligado principalmente à figura da mulher. Porém, no capitalismo ocorre uma cisão entre a produção econômica e a reprodução social, o que contribui para o ocultamento dos espaços de reprodução (ARRUZZA et al., 2019).

A produção de pessoas, conforme Arruzza et al. (2019, p. 38) “não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de ‘força de trabalho’”. Isso significa também que são moldadas

atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações para a produção e reprodução das relações sociais. Por conseguinte, é expressivamente assumida pelas mulheres, na sociedade capitalista, a produção de pessoas, isto é, a reprodução social. Cabe demarcar que a TRS se pauta não apenas nas opressões de gênero e classe, mas também na unidade entre outras formas de opressões. A partir disso, Arruzza et al. (2019, p. 38) destacam que “a reprodução social é [...] permeada, em todos os pontos, pelas diferenças de sexo/gênero, raça, sexualidade e nacionalidade”.

Bhattacharya (2019) e Ferguson e McNally (2017), partindo das categorias centrais *mercadoria, valor, dinheiro, capital, força de trabalho e mais valor*, desenvolvidas por Marx em “O Capital”, enfatizam que a TRS aborda a produção da vida como um elemento indispensável para a renovação da força de trabalho e para a reprodução da vida social. Dessa maneira, a TRS possibilita repensar a luta de classes, a partir do entendimento de que ela pode acontecer tanto nos espaços de produção quanto nos de reprodução. Assim, cabe destacar que a Teoria da Reprodução Social se pauta na compreensão de que a classe trabalhadora é formada por “todos os membros da classe produtora que tenham participado, durante algum momento de sua vida, da totalidade da reprodução da sociedade – independentemente de o trabalho ter sido pago ou não pelo capital” (BHATTACHARYA, 2017, p. 89).

Para Fonseca (2019), as primeiras elaborações da TRS de Vogel, priorizaram as conexões entre a luta de classe e a opressão de gênero, sendo que o amadurecimento atual da teoria, com as contribuições de Bhattacharya, Fraser e Arruzza, vem conseguindo analisar a conexão entre luta de classes e opressão de gênero, raça, nacionalidade, dentre outras categorias sociais/históricas.

Assim, Arruzza et al. (2019) destacam que a luta de classes inclui batalhas em torno da reprodução social, como a luta por educação gratuita e transporte público, por exemplo. Dentro desse entendimento, a luta por melhores salários só ocorre porque a(o) trabalhadora(or), para sobreviver e continuar vendendo sua força de trabalho, necessita suprir suas necessidades de alimentação, moradia, água, luz etc. Assim, o que move a luta no campo da produção muitas vezes são as necessidades de reprodução. Quando são cortados investimentos em educação, saúde ou assistência social e desregulamentados os direitos trabalhistas e previdenciários, a produção de pessoas, ou em outros termos, a reprodução social da classe trabalhadora é colocada em jogo. Com isso, a classe trabalhadora,

fundamentalmente as mulheres negras, têm muito menos condições de sobreviver diante da destruição de políticas e direitos sociais e, por outro lado, os lucros dos capitalistas, por meio da concentração e centralização do capital, são ampliados (ARRUZZA et al., 2019).

Sobre isso, Bhattacharya (2019) esclarece que são as mulheres trabalhadoras que atuam na maioria dos empregos e atividades relacionadas à reprodução social – enfermagem, ensino e limpeza, por exemplo –, sendo tais atividades as mais desvalorizadas e mal remuneradas e as primeiras atingidas pela desregulamentação e flexibilização dos direitos. Arruzza et al. (2019) alertam que, na sociedade capitalista, a reprodução social é tratada de forma contraditória. Embora a sociedade não possa funcionar sem as atividades vinculadas à reprodução, elas não são valorizadas e seus custos são individualizados.

A partir das contribuições de Bhattacharya (2019) sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho nos Estados Unidos entre os anos de 1968 e 2011, percebe-se a necessidade de aprofundar as reflexões sobre a situação da mulher no Brasil. Segundo o Ministério do Trabalho (2018), no Brasil as mulheres são 51,03% da população, sendo que a presença delas nos postos de emprego formal no país passou de 20,36 milhões em 2017 para 20,54 milhões em 2018. A presença dos homens no mercado subiu de 25,91 milhões para 26,08 milhões no mesmo período, ocorrendo assim um crescimento muito pequeno da representatividade do emprego feminino em relação ao total de vagas formais, passando de 40% em 2017 para 40,1% em 2018, conforme os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

Cabe ressaltar que os dados da RAIS são relativos a empregos formais. Entretanto, os empregos não formais no Brasil têm uma participação expressiva de mulheres, destacando o processo de feminização do mercado informal brasileiro (MEDEIROS, 2017). Nesse sentido, é importante destacar que essa força de trabalho informal não é apenas feminizada, mas também racializada, pois são as mulheres negras que ocupam a maioria das vagas do trabalho informal no país. Sobre isso, Fonseca (2020) destaca que:

A viabilidade de construção de uma teoria unitária das relações sociais sob o capitalismo foi intensamente debatida por intelectuais marxistas antirracistas, anticolonialistas e feministas no século XX. Os movimentos culturais no Norte Global, a luta anti-imperialista na América Latina e os processos de descolonização da África e da Ásia evidenciaram a importância de uma elaboração teórica unitária: uma vez que a forma como um problema é enquadrado, colocado e pensado determina sua solução, uma teoria unitária seria fundamental para estabelecer uma alternativa viável à totalidade das relações sociais de desigualdade que compõem o mundo em que vivemos (FONSECA, 2020, p. 392).

Diante disso, percebe-se, conforme Fonseca (2020), que, na elaboração de uma teoria unitária das relações sociais no capitalismo, desenvolvida por Vogel, a análise das relações raciais ficou ausente. Vê-se ainda que, embasadas na perspectiva da totalidade, as teóricas da Teoria da Reprodução Social (Bhattacharya (2017), Arruzza (2019), dentre outras) vêm tentando atualmente se pautar na totalidade das relações de sexo/gênero, raça e classe, deixando, no entanto, em aberto possíveis novas elaborações.

Para Fonseca (2020), em geral as análises sobre as relações raciais eram pouco desenvolvidas: “sintoma decorrente da universalização da categoria “mulher” à luz da experiência das mulheres brancas nos Estados de Bem-Estar Social europeus e norte-americanos” (FONSECA, 2020, p. 392). Dessa forma, “a totalidade das relações de sexo/gênero, raça e classe historicamente foi negligenciada pela teoria unitária, ora hierarquizando-as, ora invisibilizando algumas dessas dimensões, recaindo nas mesmas análises dualistas que eram objeto de sua crítica” (FONSECA, 2020, p. 392).

A autora procura enfatizar a contribuição das feministas socialistas negras, como as ativistas do Combahee River Collective (1977) e Davis (2016), dentre outras, que procuraram abordar as lutas abolicionistas do Século XIX e, a partir da perspectiva da totalidade, pautaram-se na unidade entre classe, raça e gênero. Tais contribuições ficaram conhecidas posteriormente como “feminismo negro”.

Fonseca (2020) afirma que, apesar das negras socialistas terem sido pioneiras ao denunciar a relação contraditória, porém necessária, entre os processos de produção de valor e de reprodução da vida, essa perspectiva não encontrou espaço dentro do feminismo marxista, que não considerava a raça. Além disso, essa perspectiva também permaneceu alheia ao marxismo, hegemonizado por uma perspectiva masculina e branca. Essa falta de abertura, segundo o autor:

Traduz um importante elemento do racismo nas sociedades capitalistas afrodiáspóricas: o isolamento e exclusão dos espaços de produção e validação do conhecimento. Este elemento impediu que estas mulheres, embora pioneiras, pudessem desenvolver uma teorização sistemática da crítica da economia política marxista e que fosse assim considerada. A construção de uma teoria unitária, assim como os debates feministas-marxistas sobre o trabalho doméstico da década de 1970, permaneceu em aberto (FONSECA, 2020, p. 388).

Diante das questões abordadas, percebe-se a necessidade de aprofundar o debate sobre as relações raciais, a partir da compreensão de unidade entre as relações patriarcais de

gênero, raça e classe. Assim, as relações de gênero e raça são centrais para produzir e reproduzir a sociedade capitalista, pois a desvalorização, a desumanização e a opressão de negras(os), de mulheres e de outros grupos sociais garantem a reprodução das relações sociais do capitalismo.

2. PANDEMIA E REPRODUÇÃO SOCIAL

Desde abril de 2020 estamos imersos no Brasil na pandemia do COVID-19, a qual vem afetando o conjunto da vida social, em especial a produção e reprodução da vida social. De acordo com Davis (2020, p.05), “a caixa de pandora está aberta, e o nosso implacável sistema econômico está tornando tudo muito pior”. Nessa direção Harvey (2020) destaca que os impactos econômicos e sociais têm sido seletivos, tendo em vista que “o progresso da COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça” (HARVEY, 2020, p.21).

Bhattacharya (2020) aponta dois aspectos que a crise do coronavírus tem sido tragicamente esclarecedora: primeiramente tem mostrado o quanto é essencial o trabalho do cuidado e o trabalho de produção da vida. Já que os serviços considerados essenciais têm sido do campo da reprodução social. Além disso, essa crise deixou claro que o capitalismo coloca a lógica do lucro acima de tudo, em detrimento inclusive da manutenção da vida, a prioridade dos capitalistas tem sido as medidas para salvar a economia.

De acordo com Harvey (2020, p.21) uma das características da pandemia, foi que “a força de trabalho que se espera que cuide dos números crescentes de doentes é tipicamente altamente sexista, racializada e etnizada na maioria das partes do mundo”. Ou seja, as mulheres e negros, em especial, mulheres negras, são elas na grande maioria que atuaram diretamente nos serviços essenciais que estão na linha de frente do enfrentamento a essa pandemia e à mais a mercê da contaminação. Por isso, Bhattacharya (2020) chama atenção que embora o vírus seja considerado democrático, no entanto, é um equívoco pensar que capitalistas e trabalhadores e trabalhadoras, brancos e negros, estão expostos aos mesmos riscos de contaminação e de morte advinda da pandemia do COVID-19. “Como todas as outras doenças do capitalismo, a pobreza e o acesso aos cuidados vão determinar quem vive e quem morre” (BHATTACHARYA, 2020, np.).

Uma das principais condições sugeridas pela OMS para o controle da disseminação do COVID-19 foi o isolamento social, sobretudo para os cargos/ocupações que, neste contexto, não são consideradas essenciais. As atividades essenciais, estão vinculadas principalmente na reprodução social, por exemplo os setores de alimentação e de saúde, tais setores têm uma participação expressiva de mulheres. Cabe enfatizar que parte das atividades consideradas não essenciais, estão em processo de *home office*, que tem significado repassar os custos do trabalho para o trabalhador e controlar ainda mais o tempo de reprodução dos mesmos no espaço doméstico.

Yazbek et al. (2021) esclarece que o Brasil já vinha sofrendo com o acirramento das contradições enquanto resultado da crise estrutural do capital agravada pelo Golpe de Michel Temer contra a presidenta Dilma Roussef em 2016. Porém, com a eleição em 2018 do representante do projeto ultraliberal e ultraconservador do ex presidente Jair Bolsonaro, aprofundaram-se os processos de radicalização do neoliberalismo na economia, de banalização da vida humana e de erosão da democracia burguesa, em meio de pandemia da COVID-19. Nessa direção, vem ocorrendo a ampliação da desigualdade social e da pobreza, ao mesmo tempo em que poucos rentistas aumentam seus lucros. Em linhas gerais, àquelas/es trabalhadoras/es que não tinham a opção do isolamento social, sobretudo por não perceberem qualquer fonte de renda e, no mesmo cenário, são obrigadas/os a se expor ao vírus para sobreviver. É mister mencionar que, de acordo com o relatório “Quem Paga a Conta?”, de autoria da Oxfam (2020), durante a pandemia, no Brasil, 42 bilionários já aumentaram suas fortunas em 34 bilhões de dólares, enquanto 40 milhões de pessoas podem perder seus empregos e 52 milhões de pessoas entrarem na faixa de pobreza. Sobre isso, Eurico; Gonçalves, Fornazier (2020) enfatizam que

A pandemia de coronavírus chega ao Brasil num cenário de profunda devastação, em que o aprofundamento da crise econômica e política se expressa no aumento exacerbado do desemprego, na ampliação do trabalho precarizado e terceirizado na intensificação do genocídio da população negra, em especial dos(as) jovens negros(as) e periféricos(as); no crescimento do feminicídio, sobretudo contra mulheres negras; no massacre das comunidades indígenas e quilombolas; nos explosivos conflitos agrários, na desapropriação de terras e despejos; na destruição do meio ambiente; na proliferação de queimadas etc. Instaurou-se um cenário de barbárie nos diversos âmbitos da vida social, legitimado e impulsionados pelo atual desgoverno de cunho nazifascista de Jair Bolsonaro (EURICO; GONÇAVES, FORNAZIER., 2020, p.85).

Embora não possamos dimensionar os impactos futuros da pandemia em um período de ascensão ultraliberal, pode-se indicar que as mulheres negras têm sido um dos grupos sociais mais afetados, conforme Harvey (2020) e Bhattacharya (2020). Nesse sentido, a partir de pesquisa realizada na cidade de São Paulo pelo Instituto Polis (2020), constatou-se os efeitos desiguais da pandemia no território e o fator racial como um determinante social de saúde. Assim, se por um lado, desde os primeiros meses de pandemia da COVID-19, a taxa de mortalidade foi maior entre os afrodescendentes residentes da periferia de São Paulo, por outro, a taxa de vacinação tem sido menor nas áreas de piores condições socioeconômica (INSTITUTO POLIS, 2021). A pesquisa apontou ainda que na cidade de São Paulo, a população em sua maioria branca, com maior renda e melhores condições de vida são as que tem menor índice de óbito em razão da COVID-19 e tem tido a maior cobertura vacinal (INSTITUTO POLIS, 2021).

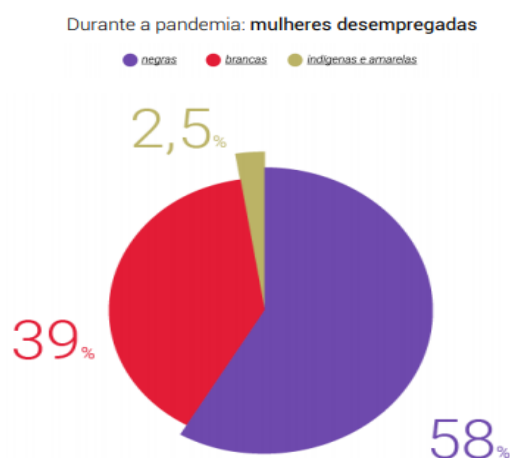
Assim, questiona-se: onde estão as mulheres negras brasileiras nesse contexto? Chama –nos atenção que não representa uma mera casualidade um dos primeiros óbitos registrado no Brasil no período de pandemia, ser de uma mulher negra empregada doméstica que se contaminou pelo contato com sua patroa branca⁵. Conforme o informe “Mulheres negras e COVID”, da ONU Mulheres (2020), a pandemia tem acentuado as desigualdades de gênero e raça, já que são os afrodescendentes que possuem um menor acesso a saneamento básico, segurança alimentar e tem sido a maioria dos óbitos na pandemia em decorrência da COVID-19. Diante disso, “apesar da taxa de mortalidade da COVID-19 ser maior entre os homens, o impacto socioeconômico da pandemia é devastador para as mulheres e para a população negra” (ONU MULHERES, 2020, n.p.). Os dados da PNAD apontam que, no segundo trimestre de 2022, a taxa de desocupação entre os homens foi de 7,5%, entre as mulheres ficou em 11,6%, sendo mais acentuada essa taxa de desocupação entre as mulheres negras (IBGE, 2022). Referente aos rendimentos médios, a ONU Mulheres (2020) destaca que são as mulheres negras que estão em setores com os mais baixos salários, sendo aprofundadas com a pandemia da COVID-19 essas disparidades.

O Relatório da *Pesquisa Sem parar o trabalho e a vida das mulheres na pandemia SOF (2020)*, com objetivo de conhecer as dimensões do trabalho e da vida das mulheres durante a pandemia, comprovou o quanto as mulheres negras foram as mais impactadas nessa

⁵ Para maiores informações consulte: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>

conjuntura. Assim, enquanto 58% das mulheres negras envolvidas na pesquisa se declararam desempregadas no período da pandemia, apenas 39% das mulheres brancas estavam na mesma situação, conforme os dados abaixo:

Gráfico 1: Durante a pandemia: mulheres desempregadas



Fonte: SOF (2020)

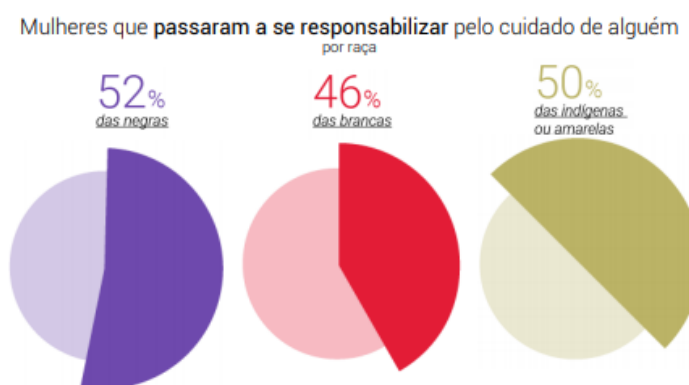
Esses dados do Relatório de Pesquisa, foram comprovadas com os dados da PNAD, pois conforme a PNAD no primeiro trimestre de 2021 a taxa de desocupação entre os homens foi de 45,5%, já entre as mulheres ficou de 54,5%, sendo mais acentuada essa taxa de desocupação entre as mulheres negras (IBGE, 2021). Referente aos rendimentos médios, a ONU Mulheres (2020) destaca que são as mulheres negras que estão em setores com os mais baixos salários, sendo aprofundados com a pandemia da COVID-19 essas disparidades. Nesse sentido, ficam demarcadas “as opressões étnico-racial e de gênero e a exploração de classe que estão impostas às mulheres negras, visto que, a todo momento, a dinâmica do capital reatualiza nossa herança escravocrata, colonialista e heteropatriarcal” (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021, p. 88).

Diante disso, destacamos a partir de Harvey (2008) que o neoliberalismo atua modificando todas as formas das relações sociais, seja de produção seja de reprodução, exacerbando-as. Assim, enquanto as mulheres negras dedicaram 18,6 em horas semanais de seu tempo aos cuidados de pessoas e ou/em afazeres domésticos, as mulheres brancas gastaram 17,7 horas semanais, e homens em média gastam 10,5 horas semanais nas mesmas atividades (IBGE, 2016). Os dados do IBGE (2016), contribuem para evidenciar que a

desigualdade de gênero no Brasil é ainda persistente e se entrecruza com as relações de raça e classe, convertendo diferenças em desigualdades e privilégios (GONZALEZ, 2020).

Conforme mostrado acima, tanto no campo da produção quanto da reprodução a pandemia da COVID-19 torna ainda mais cruel a vida das mulheres. No campo da reprodução, para além das questões abordadas, a pesquisa da SOF (2020) demonstrou a ampliação da sobrecarga das mulheres, em especial das mulheres negras na responsabilidade do cuidado de alguém, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Mulheres que passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém



Fonte: SOF (2020)

Desta forma, a pesquisa da SOF (2020), evidenciou que o desemprego crescente das mulheres não significou menos trabalho em casa, principalmente em tempo de pandemia, em que atividades no campo da reprodução como por exemplo a educação, em uma sociedade patriarcal e racializada colocou historicamente a mulher, em especial negras, na posição de responsável pelo cuidado e educação das crianças. Na pandemia esse processo foi amplificado, pois são as mulheres as responsabilizadas pelos cuidados referentes à educação antes ofertadas pelas escolas. 52 % das mulheres negras e 46% das mulheres brancas, conforme o gráfico 2, passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém.

As mulheres parecem mais alcançadas pelos desdobramentos da pandemia em vários pontos – estão nos trabalhos de cuidado, na linha de frente de enfrentamento a doença, ocupam os principais postos de trabalho que foram diretamente impactados (hotelaria, escolas, creches, bares, restaurantes, prestação de serviços e comércio), foram isoladas em casa, um espaço que, historicamente, o movimento feminista se esforçou para libertá-las, ou seja, o cotidiano das mulheres foi muito impactado pela pandemia (COSTA, 2021, p. 314).

Assim, os estudos da reprodução social pautados na unidade produção/reprodução, tem oferecido elementos para entender o quanto as mulheres negras são impactadas pela estrutura capitalista patriarcal e racista. Em tempo de pandemia é mister considerar que há uma exacerbação da exploração e opressões para manter a reprodução ampliada do capital ao custo de milhões de vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Poema de Nascimento (1988) apresentado na introdução desse artigo, nos faz refletir o quanto a insegurança e as pedras no caminho se fazem presente na nossa construção das mulheres, em especial de mulheres negras em tempo de pandemia. Nesse sentido, ao refletir sobre a pandemia e a reprodução social em um contexto ultraliberal e ultraconservador, percebe-se o quanto a conjuntura se alimentava e provocava inseguranças e medos que contribuíam para reproduzir um processo adoecedor para as trabalhadoras(es) e lucrativo para o capital, que aumenta o controle sobre nossos corpos, vidas e sonhos. Assim, esse contexto de pandemia foi marcado por um irracionalismo e por discursos de ódio, com o medo e a insegurança se tornando importantes elementos para adoecer, matar e imobilizar as pessoas tanto na produção, quanto da reprodução da vida social.

Partindo da perspectiva da totalidade, entendendo que a sociedade se estrutura no capitalismo, patriarcado e racismo, não podemos desconsiderar os elementos subjetivos que essas estruturas se utilizam para se retroalimentar e naturalizar as opressões. Harvey (2020) destaca a religião atrelada aos ideais individualistas da ideologia neoliberal, tem contribuído para moldar uma subjetividade que naturaliza, individualiza e culpabiliza o sujeito pelos problemas do próprio funcionamento do sistema. Além disso, cabe enfatizar que pautando na defesa da lógica do lucro em detrimento das vidas, muitos governos, em especial o ultraliberal Governo Bolsonaro, tem sido genocida e incapaz de qualquer atitude de humanidade e de respeito à vida.

Ao partir da premissa da centralidade do trabalho no seu sentido ontológico, da unidade entre produção/reprodução, busca-se reafirmar a historicidade e capacidade transformadora do ser social. Cabe ressaltar ainda que em uma sociedade que se produz e reproduz estruturada na dominação e exploração de classe, sexo e raça, a Teoria da Reprodução Social apresenta elementos importantes que nos provoca a refletir como

construir pontes com as pedras que essas estruturas em uma conjuntura ultraliberal e ultraconservadora tem colocado em nossos caminhos, principalmente das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRUZZA, Cinzia; et.al. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º sem. pp. 99-113, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. Entrevista: Reprodução Social e a Pandemia, com Tithi Bhattacharya. **Revista movimento**. Entrevista concedida a JAFFE; Sarah. 2020. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/04/reproducao-social-e-a-pandemia-com-tithi-bhattacharya/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. v.8. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Carmem Lúcia. Feminismo, pandemia e trabalho: Reflexões sobre o cotidiano das mulheres no Brasil em tempos de COVID19. **Revista da ANPEGE**. v. 17. nº. 32, p. 309 - 324, 2021.

Disponível:file:///C:/Users/kauco/OneDrive/Documentos/doutorado/reprodu%C3%A7%C3%A3o%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o/feminismo,%20trabalho%20e%20pandemia.pdf. Consultado em: 19/08/2021

DAVIS, Mike. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem amos: Brasil, 2020, 48p.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, 2º semestre de 2017 [2013], pp. 23-59.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, 2017.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. **Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões**. Revista Marx e o Marxismo v.7, n.13, jul/dez 2019. Consulta realizada em: 05/01/2020.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2008, Introdução, cap. 1, 2 e 3

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem amos: Brasil, 2020, 48p. (Versão digital).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. **Auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso, poderá beneficiar até 55% da população brasileira**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35417&Itemid=9> Acesso em: 29 abr. 2020.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MEDEIROS, Priscila Brandão de. A feminização do mercado informal: inserção precarizada e desigual. In: JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/afeminizacaodomercadoinformalinsercaoprecarizadaedesigual.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MISTÉRIO DO TRABALHO. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – 2018**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>. Acesso em: 12 fev. 2023

NASCIMENTO, Beatriz. **Todas (as) distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Alex Ratts e Bethania Gomes (org.). Ogums Toque Negro Editora. Rio de Janeiro, 2015.

OXFAM Brasil. **Relatório quem paga a conta? taxar a riqueza para enfrentar a crise COVID-19 na América Latina e Caribe**. Julho de 2019. Disponível em https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F15997803591595622094_Nota_informativa_da_Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

SOF-Sempre Viva Organização Feminista. Relatório Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020. Disponível em: <https://mulheresnapanademia.sof.org.br/>

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 1983.